DECRETO DE REFORMA DOS ESTUDOS ECLESIAÍSTICOS DE FILOSOFIA *

Decree on the reform of ecclesiastical studies of Philosophy

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA

Tiago Zeni SJ e Delmar Cardoso SJ**

Preâmbulo

I. O contexto atual

1. Na sua ação de evangelização do mundo, a Igreja acompanha com atenção e com discernimento as rápidas mudanças culturais de hoje, que influenciam nela própria e na sociedade como um todo. Entre as transformações da cultura dominante, algumas, particularmente profundas, dizem respeito à concepção da verdade. De fato, com frequência se constata uma desconfiança em relação à capacidade da inteligência humana de alcançar uma verdade objetiva e universal, com a qual as pessoas possam orientar-se na sua vida. Além disso, o impacto das ciências humanas e as consequências do desenvolvimento científico e tecnológico provocam novos desafios para a Igreja.

2. Com a Carta encíclica *Fides et ratio*, o papa João Paulo II quis reafirmar a necessidade da filosofia para se progredir no conhecimento da verdade e per tornar sempre mais humana a existência terrena. A filosofia, com efeito, "contribui diretamente para se pôr a pergunta a respeito do sentido da vida e alinhavar-lhe a resposta"¹. Esta pergunta nasce quer da maravilha que o homem experimenta diante das pessoas e do cosmos, quer pelas experiências

* Texto da tradução e comentário enviado em 16/04/2012, aprovado para publicação em 07/05/2012.

** Tiago Zeni é mestrando em filosofia na FAJE e o Prof. Dr. Delmar Cardoso é professor e pesquisador do PPG/FIL da FAJE, editor de *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*. Contatos: Tiago Zeni - tiago_zeni@hotmail.com; Delmar Cardoso - delmarcardoso@faculdadejesuita.edu.br

¹ Carta encíclica *Fides et ratio* (14 de setembro de 1998), *Acta Apostolica Sedis* 91 (1999), 5-88, n. 3. Na Encíclica, João Paulo II concentra a atenção sobre o próprio tema da verdade e sobre o seu fundamento em relação à fé, continuando a reflexão feita na Carta encíclica *Veritatis splendor* (6 de agosto de 1993) acerca da verdade no plano moral (cf. *Fides et ratio*, n. 6), a qual abraça também algumas verdades fundamentais racionais.

dolorosas e trágicas que atormentam a sua vida. O saber filosófico se configura, pois, como “uma das tarefas mais nobres da humanidade”².

II. A “vocação originária” da filosofia

3. As correntes filosóficas se multiplicaram no decorrer da história, manifestando a riqueza das pesquisas rigorosas e sapienciais da verdade. Se a sabedoria antiga contemplou o ser sob o ângulo do cosmo, o pensamento patrístico e medieval o aprofundou e purificou discernindo no cosmo a criação livre de um Deus sábio e bom (cf. *Sab* 13,1-9; *At* 17, 24-28). As filosofias modernas valorizaram especialmente a liberdade do homem, a espontaneidade da razão e a sua capacidade de medir e de dominar o universo. Recentemente, um certo número de correntes contemporâneas, mais sensíveis à vulnerabilidade do nosso saber e da nossa humanidade, concentrou a própria reflexão nas mediações da linguagem³ e da cultura. Como, enfim, não lembrar, para além do pensamento ocidental, os numerosos e às vezes notáveis esforços de compreensão do homem, do mundo e do Absoluto realizados nas diferentes culturas, por exemplo, asiáticas e africanas? Essa generosa exploração do pensar e do dizer não deve jamais, porém, esquecer o seu enraizamento no ser. A “componente metafísica é a estrada obrigatória para superar a situação de crise que penetra hoje grandes setores da filosofia e para corrigir assim alguns comportamentos errôneos difusos na nossa sociedade”⁴. Nesta perspectiva, os filósofos são convidados a recuperar com força a “vocação originária” da filosofia⁵: a busca do verdadeiro e a sua dimensão sapiencial e metafísica.

4. A sabedoria considera os princípios primeiros e fundamentais da realidade, e procura o sentido último e pleno da existência, permitindo assim ser “a instância crítica decisiva, que indica às várias partes do saber científico a sua profundidade e o seu limite”, e de colocar-se “como instância última de unificação do saber e do agir humano, induzindo-os a convergir em direção de um fim e um sentido definitivos”⁶. O caráter sapiencial da filosofia implica o seu “alcance autenticamente metafísico, capaz de transcender os dados empíricos para chegar, na sua busca da verdade, a algo absoluto, último, fundante”⁷, ainda que conhecido progressivamente ao longo da história. Com efeito, a metafísica ou filosofia primeira trata do ente e dos seus atributos, e deste modo sobe ao conhecimento das realidades espirituais, buscando a Causa primeira de tudo⁸. Todavia,

² *Fides et ratio*, n. 3.

³ Cf. *Fides et ratio*, n. 84.

⁴ *Fides et ratio*, n. 83.

⁵ Cf. *Fides et ratio*, n. 6.

⁶ *Fides et ratio*, n. 81.

⁷ *Fides et ratio*, n. 83.

⁸ Cf. Santo Tomás de Aquino, *Comentário à Metafísica de Aristóteles*, próêmio; cf. Bento XVI, Carta encíclica *Deus caritas est* (25 de dezembro de 2005), n. 9.

esta reafirmação do caráter sapiencial e metafísico não se deve entender como uma concentração exclusiva na filosofia do ser, pois todas as diversas partes da filosofia são necessárias para o conhecimento da realidade. Pelo contrário, o próprio campo de estudo e o método específico de cada uma devem ser respeitados em nome da adequação à realidade e da variedade dos modos humanos de conhecer.

III. A formação filosófica no horizonte de uma razão aberta

5. Diante de uma “setorialidade do saber” que “enquanto comporta uma abordagem parcial à verdade, com a conseqüente fragmentação do sentido, impede a unidade interior do homem contemporâneo”, ressoam fortemente estas palavras de João Paulo II: “Fazendo meu aquilo que os Sumos Pontífices há algumas gerações não cessam de ensinar e que o próprio Concílio Vaticano II reafirmou, quero exprimir com força a convicção que o homem é capaz de chegar a uma visão unitária e orgânica do saber. Esta é uma das tarefas de que o pensamento cristão deverá encarregar-se no decorrer do próximo milênio da era cristã”.⁹

6. Na perspectiva cristã, a verdade não pode se separar do amor. De um lado, a defesa e a promoção da verdade são uma forma essencial de caridade: “Defender a verdade, propor-la com humildade e convicção e testemunhá-la na vida são portanto formas exigentes e insubstituíveis de caridade”.¹⁰ Por outro lado, só a verdade permite uma caridade verdadeira: “A verdade é luz que dá sentido e valor à caridade”.¹¹ Enfim, a verdade e o bem estão estreitamente conexos: “Verdade significa mais que saber: o conhecimento da verdade tem como escopo o conhecimento do bem. Este é também o sentido do interrogar-se socrático: Qual é o bem que nos torna verdadeiros? A verdade nos torna bons, e a bondade é verdadeira”.¹² Através da oferta de uma visão orgânica do saber que não se separa do amor, a Igreja pode dar uma específica contribuição sua, capaz de incidir eficazmente também nos projetos culturais e sociais.¹³

7. Por isso a filosofia que se cultiva dentro da *Universitas* é chamada em primeiro lugar a acolher o desafio de exercitar, desenvolver e defender uma racionalidade dos ‘horizontes mais amplos’, mostrando que “é novamente possível alargar os espaços da nossa racionalidade [...], conjugar entre si a teologia, a filosofia e as ciências, no pleno respeito [...] da sua recíproca autonomia, mas também na consciência da intrínseca unidade que as mantém

⁹ *Fides et ratio*, n. 85.

¹⁰ Bento XVI, Encíclica *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), n. 1.

¹¹ *Caritas in veritate*, n. 3.

¹² Bento XVI, *Allocuzione per l'incontro con l'Università degli Studi di Roma La Sapienza*, 17 janeiro de 2008, *Osservatore Romano*, edição italiana (17 de janeiro de 2008), 4-5.

¹³ Cf. *Caritas in veritate*, n. 5.

juntas”.¹⁴ No plano institucional, reencontrar “este grande *logos*”, “esta vastidão da razão”, é justamente “a grande tarefa da Universidade”.¹⁵

IV. A formação filosófica nas Instituições eclesiais de Estudos superiores

8. A Igreja sempre nutriu uma grande solicitude para com a filosofia. De fato, a razão — da qual a criação dota toda pessoa — é uma das duas asas com as quais o homem se eleva para a contemplação da verdade, e a sabedoria filosófica constitui o cume que a razão pode alcançar¹⁶. Em um mundo rico de conhecimentos científicos e técnicos, mas ameaçado pelo relativismo, só “a perspectiva sapiencial”¹⁷ traz uma visão integradora e a confiança na capacidade que a razão tem de servir a verdade. Eis por que a Igreja encoraja vivamente a uma formação filosófica da razão aberta à fé, sem confusão nem separação¹⁸.

9. A filosofia, ademais, é indispensável para a formação teológica. Com efeito, “a teologia sempre teve e continua a ter necessidade da contribuição filosófica”¹⁹. Facilitando o aprofundamento da Palavra de Deus revelada, com o seu caráter de verdade transcendente e universal, a filosofia evita estagnar-se no nível da experiência religiosa. Foi justamente observado que “a crise da teologia pós-conciliar é em grande medida a crise dos seus fundamentos filosóficos (...). Quando os fundamentos filosóficos não são clarificados, à teologia vem a faltar o chão sob os pés; uma vez que, então, não fica claro até que ponto o homem conhece verdadeiramente a realidade, nem quais são as bases a partir das quais ele pode pensar e falar”²⁰.

10. Enfim, a preparação filosófica constitui, de modo particular, um “momento essencial da formação intelectual” para os futuros sacerdotes: “Só uma sã filosofia pode ajudar os candidatos ao sacerdócio a desenvolver uma consciência reflexiva a respeito da relação constitutiva que existe entre o espírito humano e a verdade, aquela verdade que se nos revela plenamente em Jesus Cristo”²¹. Com efeito, “o estudo da filosofia se reveste de um caráter fundamental e ineliminável na estrutura dos estudos teológicos e na formação dos candidatos ao sacerdócio. Não é por acaso que o

¹⁴ Bento XVI, *Discorso ai partecipanti al IV Convegno Ecclesiale Nazionale*, Verona, 19 ottobre 2006, *Osservatore Romano*, edição italiana (20 de outubro de 2006), 6-7.

¹⁵ Bento XVI, *Encontro com os representantes da ciência na Aula Magna da Universidade de Regensburg* (12 de setembro de 2006), *Acta Apostolica Sedis* 98 (2006), 728-739.

¹⁶ “A fé e a razão são como as duas asas com as quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade” (*Fides et ratio*, Início).

¹⁷ *Fides et ratio*, n. 106.

¹⁸ Cf. *Fides et ratio*, n. 77; cf. *Deus caritas est*, n. 10, 29.

¹⁹ *Fides et ratio*, n. 77.

²⁰ Joseph Ratzinger, “L’unità di missione e persona nella figura di Giovanni Paolo II”, 1998, in Id., *Giovanni Paolo II. Il mio amato predecessore*. Cidade do Vaticano; Cinisello Basalmo: LEV; San Paolo, 2007, p. 16.

²¹ João Paulo II, Exortação apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis* (25 de março de 1992), n. 52.

curriculum dos estudos teológicos é precedido por um período de tempo no qual é previsto um especial empenho no estudo da filosofia”²².

11. Uma adequada formação filosófica no âmbito das Instituições acadêmicas eclesiais deve envolver tanto os “*habitus*” intelectuais quanto os conteúdos.

Com a aquisição de “*habitus*” intelectuais, científicos e sapienciais, a razão aprende a conhecer para além dos dados empíricos. De modo particular, o debate intelectual em sociedades pluralistas, fortemente ameaçadas pelo relativismo e pelas ideologias, ou em sociedades onde falta uma autêntica liberdade, quer da parte dos estudantes nas Faculdades eclesiais a aquisição de uma sólida *forma mentis* filosófica. Estes “*habitus*” permitem pensar, conhecer e raciocinar com precisão e também dialogar com todos de maneira incisiva e sem medo.

A dimensão dos “*habitus*” está, em todo caso, ligada à assimilação dos conteúdos adquiridos firmemente, ou seja, ela brota do conhecimento e do aprofundamento das verdades mais importantes conquistadas pelo empenho filosófico, às vezes com a influência da Revelação divina. Para chegar ao conhecimento rigoroso e coerente acerca do homem, do mundo e de Deus²³, tal dimensão requer que o ensino da filosofia se enraíze “no patrimônio filosófico perenemente válido”, desenvolvido ao longo da história, e ao mesmo tempo seja aberto a acolher as contribuições que as pesquisas filosóficas forneceram e continuam a fornecer.²⁴ Entre as verdades fundamentais, algumas têm um caráter central e particularmente atual: a capacidade de alcançar uma verdade objetiva e universal e um conhecimento metafísico válido²⁵; a unidade corpo-alma no homem²⁶; a dignidade da pessoa humana²⁷; as relações entre a natureza e a liberdade²⁸; a importância da lei natural e das “fontes da moralidade”²⁹, em particular, do objeto do ato moral³⁰; a necessária conformidade da lei civil e da lei moral³¹.

12. Quer pela aquisição dos “*habitus*” intelectuais quer pela assimilação madura do patrimônio filosófico, tem um lugar de relevo a filosofia de santo Tomás de Aquino, que soube colocar “a fé em uma relação positiva com a forma de razão dominante no seu

²² *Fides et ratio*, n. 62; cf. *Ratio fundamentalis institutionis sacerdotalis* (19 de março de 1985), n. 59-61.

²³ Cf. Concílio Ecumênico Vaticano II, Decreto *Optatam totius*, n. 15.

²⁴ *Código de Direito Canônico*, cân. 251; cf. Sagrada Congregação para a Educação Católica, *O ensino da filosofia nos Seminários* (20 de janeiro de 1972), III, 2, Roma: [s. n.], 1972, p. 11-13.

²⁵ Cf. *Fides et ratio*, n. 27, 44, 66, 69, 80, etc.

²⁶ Cf. *Veritatis splendor*, AAS 85 (6 de agosto de 1993), 1133-1228, n. 48-49.

²⁷ Cf. *Fides et ratio*, nn. 60, 83, etc.; cf. Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição pastoral *Gaudium et spes*, nn. 12-22.

²⁸ Cf. *Veritatis splendor*, n. 46-47.

²⁹ Cf. *Veritatis splendor*, n. 43-44, 74; Cf. Comissão teológica internacional, *Em busca de uma ética universal. Novo olhar sobre a lei natural*, 27 de março de 2009.

³⁰ Cf. *Veritatis splendor*, n. 72.

³¹ Cf. João Paulo II, Carta encíclica *Evangelium vitae* (25 de março de 1995), n. 68-74; cf. *Deus caritas est*, n. 28.

tempo³². Por isso, ele é até agora chamado “apóstolo da verdade”³³. “Justamente porque ele buscava a verdade sem reservas, no seu realismo soube reconhecer a objetividade dela. A sua é verdadeiramente a filosofia do ser e não do simples aparecer”³⁴. A preferência atribuída pela Igreja ao seu método e à sua doutrina não é exclusiva, mas “exemplar”³⁵.

V. A atual reforma dos estudos de filosofia

13. A Congregação para a Educação Católica, no seu compromisso de tornar sempre mais operativas as orientações da Igreja em vista de uma maior eficácia na evangelização, percebe agora a necessidade de atualizar alguns pontos da Constituição Apostólica *Sapientia christiana* e das *Ordinationes* desta Congregação³⁶. A atual reforma dos estudos eclesiásticos de filosofia pretende ajudar as Instituições eclesiásticas de ensino superior a oferecer uma contribuição apropriada à vida eclesial e cultural do nosso tempo.

14. É oportuno fazer uma clara distinção entre os estudos das Faculdades eclesiásticas de Filosofia e o percurso filosófico que é parte integrante dos estudos em uma Faculdade de Teologia ou em um Seminário. Em uma instituição onde se encontrem contemporaneamente uma Faculdade eclesiástica de Filosofia e uma Faculdade de Teologia, quando os cursos de filosofia que fazem parte do primeiro ciclo quinquenal de teologia são realizados — segundo a sua específica índole e a normativa vigente — junto à Faculdade de Filosofia, a autoridade que decide o programa é o decano da Faculdade de Teologia, respeitando a lei vigente e valorizando a colaboração estreita com a Faculdade de Filosofia.

Orientado para a formação teológica e estruturado segundo tal exigência, este percurso filosófico não permite obter um título acadêmico em filosofia, válido canonicamente. se Conclui-se tal percurso com uma certificação dos estudos filosóficos desprovida do valor de título acadêmico e voltada tão-somente a atestar — conforme a nova normativa — os cursos frequentados e os créditos obtidos no âmbito da formação filosófica.

15. A reforma possui três campos de atuação:

³² Bento XVI, *Discorso alla Curia Romana in occasione della presentazione degli auguri natalizi*, 22 de dezembro de 2005, *Osservatore Romano*, edição italiana (23 de dezembro de 2005), 4-6.

³³ Paulo VI, Carta apostólica *Lumen Ecclesiae* (20 de novembro de 1974), AAS 66 (1974), 673-702, n. 10.

³⁴ *Fides et ratio*, n. 44; cf. João Paulo II, *Discorso tenuto alla Pontificia Università S. Tommaso d'Aquino*, 17 de novembro de 1979, *Osservatore Romano*, edição italiana (19-20 de novembro de 1979), 2-3, n. 6.

³⁵ João Paulo II, *Discorso ai partecipanti al Congresso Internazionale Tomistico*, 13 settembre 1980, *Osservatore Romano*, edição italiana (14 de setembro de 1980), 1-2, n. 2.

³⁶ Cf. João Paulo II, Constituição Apostólica *Sapientia christiana*, *Acta Apostolica Sedis* 71 (1979), 469-499, art. 93.

a) A Faculdade eclesiástica de Filosofia

Em 1979, a Constituição Apostólica *Sapientia christiana*, reestruturando os três ciclos da Faculdade de Filosofia³⁷, confirmou para o primeiro deles uma duração de dois anos³⁸. A experiência de mais de 30 anos levou-nos gradualmente a tomar consciência de que, para alcançar de modo mais pleno os objetivos indicados pela mencionada Constituição Apostólica para a filosofia e particularmente para que o estudante chegue “a uma síntese doutrinal sólida e coerente”³⁹, são necessários três anos de formação. De fato, um certo número de Faculdades e de Institutos já tomou a iniciativa de oferecer uma formação que se conclua com o Bacharelado eclesiástico em Filosofia depois de um triênio. Neste âmbito se exige que todas as Faculdades eclesiásticas de Filosofia participem da evolução da generalizada práxis universitária também para a duração dos graus acadêmicos, de modo que o triênio de estudos filosóficos seja *conditio sine qua non* para obter um primeiro título de estudo em filosofia academicamente reconhecido.

O segundo ciclo continua a compreender um biênio de especialização, depois do qual se conceda a Licenciatura eclesiástica. O terceiro ciclo para a pesquisa de Doutorado, de pelo menos três anos, destina-se principalmente àqueles que se preparam ao ensino de nível superior, no qual a pesquisa se constitui como um elemento essencial também para nutrir solidamente a docência.

b) A formação filosófica nas Faculdades de Teologia e nos Seminários

Dá-se precisão à duração da formação filosófica como parte integrante dos estudos de teologia nas Faculdades de Teologia ou nos Seminários. Sem perder a própria autonomia, esta formação filosófica, reclamada pelo próprio saber teológico⁴⁰, permite que o estudante, que adquiriu a correta metodologia e hermenêutica filosófica e teológica, possa enfrentar adequadamente os estudos propriamente teológicos e encontre seu momento pessoal de síntese ao final dos estudos filosófico-teológicos.

Uma mistura excessiva de matérias filosóficas e teológicas — ou também de outro tipo — tem como consequência nos estudante uma defeituosa formação dos respectivos “habitus” intelectuais e uma confusão entre as metodologias das diferentes disciplinas e o seu específico estatuto epistemológico. Para afastar o crescente risco de fideísmo e evitar tanto uma instrumentalização quanto uma fragmentação da filosofia, é altamente desejável que os cursos de filosofia estejam concentrados nos primeiros dois anos da formação filosófico-teológica. Tais estudos de filosofia, completados em vista

³⁷ Cf. art. 81; cf. Pio XI, Constituição Apostólica *Deus scientiarum Dominus* (24 de maio de 1931), *Acta Apostolica Sedis* 23 (1931), 241-262, art. 41-46.

³⁸ Cf. *Sapientia christiana*, art. 81a.

³⁹ Congregazione per l'Educazione Cattolica, Norme applicative della Costituzione Apostolica *Sapientia christiana* (29 aprile 1979), *AAS* 71 (1979), 500-521, art. 59, § 1.

⁴⁰ Cf. *Fides et ratio*, n. 77.

dos estudos de teologia, estarão unidos, no arco deste biênio, aos cursos introdutórios de teologia.

Tudo aquilo que concerne à duração, ao número dos créditos e ao conteúdo do estudo da filosofia será aplicado também nos países onde o estudo da "filosofia" é integrado no programa de Bacharelado em um Instituto superior católico, fora de uma Faculdade eclesiástica.

c) A qualificação do corpo docente

A grave responsabilidade de assegurar uma formação filosófica para os estudantes exige docentes em posse de graus acadêmicos obtidos junto a Instituições eclesiásticas (Faculdade eclesiásticas de Filosofia e de Teologia, e Institutos afiliados e agregados) e dotados de uma preparação científica apropriada, capaz de apresentar de modo atual o fecundo patrimônio da tradição cristã⁴¹.

16. Tendo em conta estas diversas constatações, atualizam-se os artigos da Constituição Apostólica *Sapientia christiana* e as respectivas *Ordinationes* da Congregação para a Educação Católica, relativamente a:

- o número dos anos para conseguir o Bacharelado em Filosofia;
- o conteúdo dos estudos de primeiro ciclo de uma Faculdade eclesiástica de Filosofia;
- o *cursus studiorum* de filosofia que é parte integrante do primeiro ciclo de uma Faculdade de Teologia ou de um Seminário, ou dentro da formação universitária (cf. supra, 15 b);
- a definição de algumas normas referentes ao corpo docente;
- a afiliação de um triênio de filosofia.

Parte II:

NORMAS da Constituição Apostólica *Sapientia christiana*

As partes da Constituição Apostólica *Sapientia christiana* que permanecem invariáveis são reportadas em itálico.

Os artigos 72 a, 81 e 83 são reformados no modo seguinte:

Art. 72. a) [Currículo dos estudos da Faculdade de Teologia]

O currículo dos estudos da Faculdade de Sagrada Teologia compreende:

⁴¹ Cf. *Fides et ratio*, n. 105.

a) o primeiro ciclo, institucional, que se estende por um quinquênio ou dez semestres, ou por um triênio, se antes desse é exigido o biênio de filosofia.

Os primeiros dois anos devem ser majoritariamente dedicados a uma sólida formação filosófica que é necessária para enfrentar adequadamente o estudo da teologia. O Bacharelado obtido em uma Faculdade eclesiástica de Filosofia substitui os cursos de filosofia do primeiro ciclo nas Faculdades teológicas. O Bacharelado em Filosofia obtido em uma Faculdade não eclesiástica não constitui razão para dispensar completamente um estudante dos cursos filosóficos do primeiro ciclo nas Faculdades teológicas.

As disciplinas teológicas devem ser ensinadas de modo a apresentar uma orgânica exposição de toda a doutrina católica, juntamente com a introdução ao método da pesquisa científica.

O ciclo conclui-se com o grau acadêmico de Bacharelado ou outro grau conveniente, a ser precisado nos Estatutos da Faculdade.

Art. 81 [Currículo dos estudos na Faculdade eclesiástica de Filosofia]

O currículo dos estudos da Faculdade de Filosofia compreende:

a) o primeiro ciclo, institucional, durante o qual por um triênio ou seis semestres, se faz uma orgânica exposição das várias partes da filosofia, que tratam do mundo, do homem e de Deus, como também da história da filosofia, com uma introdução ao método do trabalho científico;

b) o segundo ciclo, ou de especialização inicial, durante o qual, por um biênio ou quatro semestres, mediante disciplinas especiais e seminários, se delinea uma reflexão filosófica mais profunda em algum setor da filosofia;

c) o terceiro ciclo, no qual, por um período de pelo menos três anos, se promove a maturidade filosófica, especialmente através da elaboração da dissertação doutoral.

Art. 83 [Diplomas exigidos aos estudantes]

Para a inscrição no primeiro ciclo da Faculdade de Filosofia é necessário ter completado os estudos pré-requisitos, em norma do art. 32 desta Constituição Apostólica.

Se acontecer que um estudante, que tenha completado com sucesso os cursos regulares de filosofia no primeiro ciclo de uma Faculdade

Teológica, queira depois prosseguir os estudos filosóficos para obter o Bacharelado em uma Faculdade eclesiástica de Filosofia, dever-se-á ter em conta os cursos frequentados durante o mencionado percurso.

NORMAS APLICATIVAS [Ordinationes]

As partes das *Ordinationes* da Constituição Apostólica *Sapientia christiana* que permanecem invariáveis são reportadas em itálico.

Art. 51. 1º a) [*Currículo dos estudos da Faculdade de Teologia*]

As disciplinas obrigatórias são:

1º No primeiro ciclo:

a) - *As disciplinas filosóficas exigidas para a teologia, as quais são sobretudo a filosofia sistemática e suas partes principais e a história da filosofia (antiga, medieval, moderna, contemporânea). O ensino sistemático, além de uma introdução geral, deverá compreender as partes principais da filosofia: 1) metafísica (entendida como filosofia do ser e teologia natural), 2) filosofia da natureza, 3) filosofia do homem, 4) filosofia moral e política, 5) lógica e filosofia do conhecimento.*

- *Excluídas as ciências humanas, as disciplinas estreitamente filosóficas (Cf. *Ordinationes*, Art. 60, 1º a) devem constituir pelo menos 60% do número dos créditos dos primeiros dois anos. Cada ano deverá prever um número de créditos adequado a um ano de estudos universitários a tempo completo.*

- *É extremamente desejável que os cursos de filosofia estejam concentrados nos primeiros dois anos da formação filosófico-teológica. Estes estudos de filosofia realizados em vista dos estudos de teologia estarão unidos, no arco deste biênio, aos cursos introdutórios de teologia.*

Art. 52

No quinquênio institucional do primeiro ciclo é preciso cuidar diligentemente para que todas as disciplinas sejam tratadas com ordem, amplitude e método próprio tais que contribuam harmônica e eficazmente a dar aos estudantes uma formação sólida, orgânica e completa em matéria teológica, graças à qual se tornem capazes quer de prosseguir os estudos superiores, quer de exercitar convenientemente determinados cargos eclesiásticos.

Art. 52 bis [Qualificação dos professores de filosofia da Faculdade de Teologia]

O número de professores que ensinam a filosofia deve ser de pelo menos três munidos dos títulos filosóficos exigidos (cf. *Ordinationes*, Art. 17 e 61, b). Devem ser estáveis, isto é, dedicados a tempo completo ao ensino da filosofia e à pesquisa em tal âmbito.

Art. 59 [Objetivos da Faculdade eclesiástica de Filosofia]

§ 1. A pesquisa e o ensino da filosofia em uma Faculdade eclesiástica de Filosofia devem estar enraizados “no patrimônio filosófico perenemente válido”⁴² que se desenvolveu ao longo da história, tendo em conta particularmente da obra de Santo Tomás de Aquino. Ao mesmo tempo, a filosofia ensinada em uma Faculdade eclesiástica deverá estar aberta às contribuições que as investigações mais recentes forneceram e continuam a fornecer. É preciso sublinhar a dimensão sapiencial e metafísica da filosofia.

§ 2. No primeiro ciclo, a filosofia deve ser ensinada de tal modo que os estudantes que recebam o Bacharelado cheguem a uma sólida e coerente síntese doutrinal, aprendam a examinar e a julgar os diversos sistemas filosóficos e se habituem a uma reflexão filosófica pessoal. Se os estudantes do primeiro ciclo dos estudos teológicos frequentam os cursos do primeiro ciclo da Faculdade de filosofia, vele-se a fim que seja salvaguardada a especificidade do conteúdo e do objetivo de cada percurso formativo. Ao término da formação filosófica não se concede um título acadêmico em Filosofia (cf. *Sapientia christiana*, Art. 72 a), mas os estudantes podem requerer um certificado que ateste os cursos frequentados e os créditos obtidos.

§ 3. A formação obtida no primeiro ciclo poderá ser aperfeiçoada no ciclo seguinte, em que se inicia a especialização mediante uma maior concentração sobre uma parte da filosofia e um maior empenho do estudante na reflexão filosófica.

§ 4. É oportuno fazer uma clara distinção entre os estudos nas Faculdades eclesiásticas de Filosofia e o percurso filosófico que é parte integrante dos estudos em uma Faculdade de Teologia ou em um Seminário. Em uma instituição onde se encontrem contemporaneamente tanto uma Faculdade eclesiástica de Filosofia quanto uma Faculdade de Teologia, quando os cursos de filosofia que fazem parte do primeiro ciclo quinquenal de teologia são realizados junto à Faculdade de Filosofia, a autoridade que decide o programa é

⁴² Cf. *Código de Direito Canônico*, cân. 251 e Concílio Ecumênico Vaticano II, Decreto *Optatam totius*, n. 15.

o decano da Faculdade de Teologia, respeitando a lei vigente e valorizando a colaboração estreita com a Faculdade de Filosofia.

Art. 60 [Currículo dos estudos da Faculdade eclesiástica de Filosofia]

As disciplinas ensinadas nos vários ciclos são:

1º No primeiro ciclo:

a) As matérias obrigatórias fundamentais:

- Uma introdução geral terá em particular o objetivo de mostrar a dimensão sapiencial da filosofia.

- As disciplinas filosóficas principais: 1) metafísica (entendida como filosofia do ser e teologia natural), 2) filosofia da natureza, 3) filosofia do homem, 4) filosofia moral e política, 5) lógica e filosofia do conhecimento. Dada a importância particular da metafísica, a esta disciplina deverá corresponder um adequado número de créditos.

- A história da filosofia: antiga, medieval, moderna e contemporânea. O exame atento das correntes que tiveram maior influência será acompanhado, quando possível, da leitura dos textos dos autores mais significativos. Acrescentar-se-á, em função das necessidades, um estudo de filosofias locais.

As matérias obrigatórias fundamentais devem constituir pelo menos 60% e não superar 70% do número de créditos do primeiro ciclo.

b) As matérias obrigatórias complementares:

- O estudo das relações entre razão e fé cristã ou entre filosofia e teologia, de um ponto de vista sistemático e histórico, atento a salvaguardar tanto a autonomia dos campos quanto o seu liame.⁴³

- O latim, de tal modo a poder compreender as obras filosóficas (especialmente de autores cristãos) escrita em tal língua. Este conhecimento do latim deve ser avaliado no arco dos primeiros dois anos.

- Uma língua moderna diferente da própria língua materna, cujo conhecimento deve ser avaliado antes do fim do terceiro ano.

⁴³ Cf. *Fides et ratio*, n. 75, que rejeita "a teoria da famosa filosofia 'separada'" que "constitui a reivindicação de uma autossuficiência do pensamento," reafirmando também uma certa independência: "a filosofia manifesta a legítima aspiração a ser uma empresa autônoma, isto é, que procede segundo as suas próprias leis, valendo-se somente das forças da razão".

- Uma introdução à metodologia do estudo e do trabalho científico que também inicie ao uso dos instrumentos da pesquisa e à prática do discurso argumentativo.

c) As matérias complementares opcionais:

- Noções de literatura e das artes;

- Noções de alguma ciência humana ou de alguma ciência natural (per exemplo, psicologia, sociologia, história, biologia, física). Vele-se, de modo particular, para que seja estabelecida uma conexão entre as ciências e a filosofia.

- Alguma outra disciplina filosófica opcional: por exemplo, filosofia das ciências, filosofia da cultura, filosofia da arte, filosofia da técnica, filosofia da linguagem, filosofia do direito, filosofia da religião.

2º No segundo ciclo:

- Algumas disciplinas especiais, que serão distribuídas oportunamente nas várias seções segundo as diversas especializações, com as próprias exercitações e seminários, incluída uma especial tesina escrita.

- O aprendizado ou o aprofundamento do grego antigo ou de uma segunda língua moderna além daquela exigida no primeiro ciclo ou o aprofundamento desta última.

3º No terceiro ciclo:

Os Estatutos da Faculdade determinarão se e quais disciplinas especiais devam ser estudadas, com suas exercitações e seminários. Será necessário o aprendizado de uma língua a mais ou o aprofundamento de uma das línguas já anteriormente estudadas.

Art. 61 [Docentes da Faculdade eclesiástica de Filosofia]

a) A Faculdade deve comportar de modo estável pelo menos sete docentes devidamente qualificados assim que eles possam assegurar o ensino de cada uma das matérias obrigatórias fundamentais (cf. *Ordinationes*, Art. 60, 1º; Art. 45, § 1, b).

Em particular, o primeiro ciclo deve ter pelo menos cinco docentes estáveis distribuídos no seguinte modo: um em metafísica, um em filosofia da natureza, um em filosofia do homem, um em filosofia moral e política, um em lógica e filosofia do conhecimento.

Para as outras matérias, obrigatórias e opcionais, a Faculdade pode pedir a ajuda de outros docentes.

b) Um docente está habilitado a ensinar em uma instituição eclesial se tem os graus acadêmicos exigidos em uma Faculdade eclesial de Filosofia (cf. *Ordinationes*, Art. 17).

c) Se o docente não estiver em posse nem de um Doutorado canônico nem de uma Licenciatura canônica, poderá ser aceito como professor estável somente se a sua formação filosófica for coerente pelo conteúdo e pelo método com a que é proposta em uma Faculdade eclesial. Na seleção dos candidatos ao ensino em uma Faculdade eclesial de Filosofia se deverá considerar: a competência necessária na matéria que lhe será confiada; uma oportuna abertura à visão de conjunto do saber; a adesão nas suas publicações e atividades de ensino à verdade ensinada pela fé; um conhecimento adequadamente aprofundado da harmoniosa relação entre fé e razão.

d) Será necessário garantir que uma Faculdade eclesial de Filosofia tenha sempre uma maioria de docentes estáveis em posse de um Doutorado eclesial em Filosofia ou de uma Licenciatura eclesial em uma ciência sagrada juntamente com um Doutorado em Filosofia feito em uma Universidade não eclesial.

Art. 62 [Algumas normas particulares para a Faculdade eclesial de Filosofia e o Instituto afiliado]

Em geral, para que um estudante seja admitido no segundo ciclo em filosofia, é necessário que tenha feito o Bacharelado eclesial em Filosofia.

Se um estudante fez estudos filosóficos em uma Faculdade não eclesial de Filosofia junto a uma Universidade católica ou em outro Instituto de Estudos superiores, pode ser admitido no segundo ciclo somente depois ter demonstrado, mediante um exame apropriado, que a sua preparação se concilia com a que é proposta em uma Faculdade eclesial de Filosofia, e ter preenchido eventuais lacunas em relação aos anos e ao plano de estudos previsto para o primeiro ciclo em base às presentes *Ordinationes*. A escolha dos cursos deverá favorecer uma síntese das matérias ensinadas (cf. *Sap. Chr.*, Art. 81, a). Ao término destes estudos integrativos, o estudante será admitido no segundo ciclo, sem receber o Bacharelado eclesial em Filosofia.

Art. 62 bis

[Adequação das normas da afiliação e da agregação filosófica]

§ 1. Tendo em conta a reforma do primeiro ciclo de três anos dos estudos eclesiásticos de filosofia, que se conclui com o Bacharelado em Filosofia, a afiliação filosófica deve estar em conformidade com o que foi decretado para o primeiro ciclo, quanto ao número de anos e ao programa de estudos (cf. *Ordinationes*, Art. 60, 1º); o número dos docentes estáveis em um instituto filosófico afiliado deve ser de pelo menos cinco com as qualificações exigidas (cf. *Ordinationes*, Art. 61).

§ 2. Tendo em conta a reforma do segundo ciclo dos dois anos dos estudos eclesiásticos de filosofia que se conclui com a Licenciatura em Filosofia, a agregação filosófica deve estar em conformidade com o que foi decretado para o primeiro e para o segundo ciclo, quanto ao número de anos e ao programa de estudos (cf. *Sapientia Christiana*, Art. 72 a e b; *Ordinationes*, Art. 60); o número de docentes estáveis em um instituto filosófico agregado deve ser de pelo menos seis com as qualificações exigidas (cf. *Ordinationes*, Art. 61).

[Adequação das normas ao percurso de filosofia incluído no primeiro ciclo de um Instituto afiliado em teologia]

§ 3. Tendo em conta a reforma do percurso de filosofia incluído no primeiro ciclo filosófico-teológico que se conclui com o Bacharelado em Teologia, a formação filosófica de um Instituto afiliado em teologia deve estar em conformidade com o que foi decretado quanto ao programa dos estudos (cf. *Ordinationes*, Art. 51, 1º); o número dos docentes estáveis de filosofia deve ser de pelo menos dois.

Normas transitórias

Art. 65. Com a entrada em vigor do presente Decreto, são abrogados os artigos 72, 81 e 83 da Constituição Apostólica *Sapientia christiana* e os artigos 51, 52, 59, 60, 61 e 62 das *Ordinationes*.

Art. 66. Todas as Instituições acadêmicas eclesiásticas de teologia e de filosofia devem adequar-se ao presente Decreto, com o início do ano acadêmico 2012-2013.

O Sumo Pontífice Bento XVI na audiência recém concedida ao Cardeal Prefeito abaixo-assinado ratificou e confirmou o estabelecido neste decreto e aprovou de forma específica a atualização dos artigos 72, 81 e 83 da Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*, revogadas as disposições em contrário, e mandou que fosse publicado.

Roma, no edifício desta Congregação, 28 de janeiro de 2011, memória de Santo Tomás de Aquino.

Zenon Card. Grocholewski

Prefeito

Jean-Louis Bruguès, O.P.

Secretário

COMENTÁRIO

O documento reflete acerca da concepção de verdade no contexto atual. Para isso, retomam-se algumas considerações da Encíclica *Fides et Ratio*, de João Paulo II, sobre a necessidade da filosofia para se progredir na busca e conhecimento da verdade. O problema levantado pode ser resumido nestes termos: “*A inteligência humana é capaz de alcançar uma verdade objetiva e universal, com a qual as pessoas possam orientar-se na sua vida?*” (cf. 1). Vem à tona a compreensão da filosofia como instrumento para refletir sobre o sentido da vida. A filosofia serve para o progresso humano no conhecimento da verdade, bem como para humanizar sempre mais a existência terrena.

O decreto faz um apanhado histórico da filosofia, começando por abordar a “*vocação originária*” da filosofia como busca pela sabedoria. Faz-se uma relação entre a sabedoria antiga, na qual o ser foi contemplado a partir do cosmos. Passa-se ao pensamento patrístico e medieval, que aprofundaram e purificaram, discernindo no cosmo, a criação livre de um Deus sábio e bom. São consideradas as filosofias modernas no seu valorizar de modo especial a liberdade do homem e a capacidade da razão de medir e dominar o universo. Outro ponto importante nesta incursão na história das ideias está na contribuição das reflexões surgidas do estudo da linguagem e da cultura. O texto elogia o esforço da razão nas diferentes culturas. Resgata-se a importância da componente metafísica como condição para a superação de crise e a retificação de “*comportamentos errôneos*”. O *Decreto* convida os filósofos à busca do verdadeiro e da dimensão sapiencial e metafísica como resgate dessa “*vocação originária*” que implica no “*alcance autenticamente metafísico*” que transcende os dados empíricos e vai ao encontro de algo último, fundante, na busca da verdade. Essa não é uma busca exclusiva da filosofia do ser, mas de toda a filosofia.

Em seguida, o documento trata da formação filosófica no horizonte de uma razão aberta. Relembra a evocação de João Paulo II de que há na tradição do pensamento da Igreja a convicção de que “*o homem é capaz de chegar a uma visão unitária e orgânica do saber*”

(5), e esta é uma das tarefas de que o pensamento cristão se deve encarregar e difundir.

Com efeito, a promoção da verdade mostra-se uma forma essencial de caridade. Assim, deve-se defender e propor a verdade como algo que é mais do que simplório saber ou conhecer. Supõe o conhecimento do bem e, com isso, será possível contribuir para a busca do melhor tanto na sociedade como na Igreja. A filosofia que se cultiva na universidade deve exercitar uma racionalidade de "horizontes mais amplos", a partir de uma perspectiva interdisciplinar que inclui a Teologia, a Filosofia e as demais ciências, na consciência de uma intrínseca unidade. *"Encontrar esse grande logos é, pois, a tarefa da Universidade"* (7).

Para tanto, na formação filosófica ocorrida em instituições eclesiais de ensino superior, a Igreja considera a razão como "uma das duas asas com as quais o homem se eleva para a contemplação da verdade" (8). O relativismo é visto como uma ameaça para a integração humana e apresenta a "perspectiva sapiencial" como alternativa e possibilidade de superação da fragmentação gerada pelo relativismo. Esta "perspectiva sapiencial", segundo o *Decreto*, gera integração e confiança na capacidade da razão de servir à verdade. Eis a importância de uma formação filosófica aberta à fé.

A filosofia mostra-se, pois, como indispensável para a formação teológica. O *Decreto*, então, endossa a importância de um sólido saber filosófico sobre o qual se assentam as bases dos estudos teológicos. Isto leva a que os futuros sacerdotes, em particular, mas também todos os interessados em teologia, de modo geral, necessitem de uma sã filosofia para assentar o conhecimento teológico, bem como desenvolver uma consciência reflexiva a respeito do espírito humano e da verdade que se revela plenamente em Jesus Cristo.

As instituições acadêmicas eclesiais devem ocupar-se de desenvolver tanto o "habitus" como o conteúdo filosófico (cf. 11). Dessa forma, a razão aprende a conhecer para além dos dados empíricos. Esse "habitus" permite pensar, conhecer, raciocinar com precisão e dialogar com todos. Está ligado à firme aquisição e assimilação de conteúdos cultivados pela razão, auxiliada por vezes pela revelação divina. Para obter sucesso nesse intento, é mister que o conhecimento acerca do homem, do mundo e de Deus esteja enraizado "no patrimônio filosófico perenemente válido, que foi desenvolvido no decorrer da história". Mas também é preciso abertura para acolher as novidades das pesquisas filosóficas, em especial aquelas "que visam alcançar uma verdade objetiva e universal e um conhecimento metafísico válido", assim se considera importante temas como: a união intrínseca entre corpo e alma, a dignidade do ser humano, as relações entre natureza e liberdade, a lei natural e as fontes da moralidade, o objeto do ato moral, a conformidade entre lei civil e lei moral. Além disso, o *Decreto* afirma

que se deve dar lugar de destaque para a filosofia de Santo Tomás de Aquino, como sendo uma filosofia “exemplar”, pois o Aquinate soube realizar muito bem a integração entre o tema da fé e da razão em seu tempo (cf. 12). Observe-se o simbolismo da promulgação do *Decreto* no dia da memória litúrgica de Santo Tomás.

A última parte do documento ocupa-se dos encaminhamentos práticos da reforma. Em primeiro lugar, é vista a situação em que uma Faculdade de Teologia e outra de Filosofia funcionam na mesma instituição eclesiástica. Neste caso, quando acontecer de os cursos de Filosofia fazerem parte do quinquênio do primeiro ciclo de Teologia, a autoridade que decide o programa é o decano da Faculdade de Teologia.

Em seguida, são propriamente apontados os três campos de atuação da reforma dos estudos:

a) A Faculdade eclesiástica de Filosofia

A Faculdade eclesiástica de Filosofia está estruturada em três ciclos, de acordo com o documento *Sapientia Christiana*, de 1979. O primeiro ciclo, que era de dois anos de estudos de filosofia, passa a ser de, no mínimo, três anos a partir do atual decreto. Eis, pois, o elemento mais indicativo desta reforma. O documento aponta que a experiência levou a perceber a necessidade de pelo menos três anos para que se chegue a uma sólida formação. Deve-se ter no mínimo esses três anos para que se obtenha um título academicamente reconhecido. Já o segundo ciclo é o da especialização, que concede a Licenciatura eclesiástica — equivalente ao Mestrado —, cuja duração é de um biênio. Já o terceiro ciclo se destina à pesquisa de Doutorado e deve durar pelo menos três anos, em vista do ensino em nível superior.

b) A formação filosófica nas Faculdades de Teologia e nos Seminários

É salientada a importância de se manterem distintas as disciplinas do curso de Filosofia das do curso de Teologia, a fim de evitar confusão de metodologias e também de estatuto epistemológico. Por isso, quando o curso de Filosofia e Teologia não forem separados, deve-se priorizar os estudos filosóficos nos dois primeiros anos.

c) A qualificação do corpo docente;

Exigem-se docentes que tenham uma formação e posse de graus acadêmicos obtidos junto a Instituições eclesiásticas.

Enfim, o decreto apresenta as atualizações de alguns artigos da Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* e das *Ordinationes* da Congregação para a Educação Católica, tais como: aumento do tempo de estudos para obtenção do Bacharelado em Filosofia, o conteúdo dos primeiros ciclos de uma faculdade eclesiástica de Filosofia; o

cursus studiorum de filosofia, que integra os dois primeiros anos de uma Faculdade de Teologia ou Seminário, ou ainda dentro da formação universitária; a definição de algumas normas referentes a formação do corpo docente; a afiliação de um triênio de filosofia.

Uma apreciação do Decreto

Consideramos importante a publicação do Decreto de Reforma dos Estudos Eclesiásticos de Filosofia. Como o próprio documento reconhece, há muito se percebeu que um período de dois anos de estudos de Filosofia é insuficiente para dar conta, com a devida atenção e profundidade, dos conteúdos necessários para capacitar o pensamento ao diálogo entre a fé e o mundo atual. O documento se inscreve na recente tradição cujo marco maior observamos no Vaticano II e sua inspiração. Trata-se do assim chamado “aggiornamento” da Igreja que se sabe inserida nas alegrias, tristezas e esperanças do mundo hoje, a fim de que ela responda aos sinais dos tempos e se empenhe com propriedade na tarefa evangelizadora.

O decreto vem responder a uma necessidade da Igreja, com relação à revisão e atualização da proposta dos estudos eclesiais de filosofia. Ora, se é próprio do filósofo problematizar e tentar dar uma resposta às grandes questões da humanidade, é fundamental que aqueles que estudam nas instituições eclesiais e se preparam para evangelizar na realidade do mundo atual sejam muito bem preparados. A mediocridade e superficialidade mostram-se uma grande ameaça para o futuro não só da Igreja como de toda a humanidade.

Muitos são os problemas e as situações que exigem uma resposta. No atual contexto, importa discernir e eleger o que realmente gera o bem maior à vida. Nesse sentido, aprofundar os estudos de Filosofia, principalmente em se tratando daqueles que almejam ser ouvintes e pregadores da Palavra, coloca-se como algo de suma importância. No entanto, o decreto também se destina a todo e qualquer cristão que percebe a necessidade de pôr-se em busca da verdade. Vale, portanto, dizer que há o interesse pelos fiéis leigos no *Decreto*.

O documento alerta para alguns perigos de se confundir a verdade com algum modelo de específico de ciência. Esse reducionismo conceitual é um dado a merecer atenção. Tem-se notado, por exemplo, em alguns portais eletrônicos uma certa “campanha” de promoção em favor de uma visão reducionista, que pretende associar verdade e ciência. Os estudantes que querem ajudar a Igreja na promoção da fé, não podem esquivar-se da responsabilidade de tratar seriamente essas questões e tantas outras levantadas pela filosofia, principalmente nos tempos atuais. Portanto, urge que se dê mais tempo e atenção para os estudos filosóficos, a fim de que se possa colaborar cada vez mais com a busca da

verdade. Uma última palavra a respeito do enunciado com qual o *Decreto* é nomeado: salta aos olhos o termo “reforma”. A escolha de um termo tão significativo nos leva a pensar na conhecida frase “*Ecclesia semper reformanda est*”, ficando em nós o desejo de que o *Decreto* atue realmente uma reforma *in capite et in membris*, vale dizer, em todos os cristãos interessados e ocupados com a filosofia e não só em alguns.